O PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: POSSIBILIDADE E DESAFIOS

Thiffanne Pereira dos Santos[1] (UEG)
Brenda Fonseca de Oliveira[2] (UEG)
Marlene Barbosa de Freitas Reis[3] (UEG)

GT 6 – Diversidade, Inclusão e Educação Especial

Resumo

O presente artigo discute a questão da formação docente com vistas ao desenvolvimento de uma educação para a diversidade nas instituições de ensino regular. Aborda a relação entre a formação do professor e o sucesso da inclusão escolar. Para tanto, demonstra a relevância da formação do professor no processo de inclusão escolar e discute como uma formação pautada no respeito da diversidade pode colaborar com a inclusão escolar. Sendo assim, aponta para a necessidade de uma formação docente que ofereça subsídios ao professor e que contribua para a realização de ações educativas baseadas na valorização da diversidade presente nos ambientes educativos, bem como no respeito as singularidades de cada aluno. O texto também apresenta reflexões sobre os principais desafios para a implementação de uma formação docente para a diversidade. Ressalta que existem diversas políticas públicas que enfatizam a necessidade de uma formação dos professores para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico concernente com a perspectiva inclusiva. Porém, essas políticas ainda não são implementadas de forma a atender todos esses profissionais possibilitando a realização de práticas educativas que realmente atendem as necessidades individuais de cada sujeito. É primordial, portanto, encontrar caminhos que permitam a efetivação das políticas voltadas para a formação docente para a diversidade a fim de garantir uma educação de qualidade para todos. Assim, a proposta de estudo gira em torno da reflexão sobre as possibilidades que uma formação docente pautada no respeito a diversidade pode trazer para o desenvolvimento de um trabalho educativo que realmente contribua para a efetivação da inclusão escolar.

Palavras-chave: Formação docente. Diversidade. Inclusão.

1 Thiffanne Pereira dos Santos, Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás, email: tthiffanne@hotmail.com.

2 Brenda Fonseca de Oliveira, Mestranda do Programa Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás, email: brendafonseca1@hotmail.com.

3 Marlene Barbosa de Freitas Reis, Pós-doutora em Gestão da Informação e Conhecimento, Universidade Estadual de Goiás, email: marlenebfreis@hotmail.com.

Introdução

A valorização da subjetividade de cada indivíduo é a marca de uma educação que busca a inclusão de todos os envolvidos no processo de ensinar e aprender. Sendo assim, diante da diversidade presente nos ambientes educacionais é preciso reformular as práticas pedagógicas que enaltecem a homogeneização e a padronização de comportamentos. O espaço educativo com essas características não promove a igualdade de oportunidades, pelo contrário, legitima estereótipos e modelos hegemônicos, enaltece grupos privilegiados em detrimento de grupos minoritários.

O professor que almeja desenvolver um trabalho voltado para a efetivação da inclusão escolar necessita de subsídios que estimulem uma prática inclusiva na qual todos tenham as mesmas oportunidades. Assim, é essencial que se ofereça aos professores uma formação que englobe a diversidade presente nos ambientes educacionais, a fim de possibilitar o desenvolvimento de uma práxis que incentive a prática da alteridade e a valorização das diferenças.

Há inúmeros desafios sobre as contribuições que uma formação docente voltada para a diversidade pode trazer para o processo de inclusão escolar. Desse modo, nosso objetivo central foi discutir sobre os desafios da formação docente para a diversidade a partir da análise das políticas públicas conforme sua trajetória histórica e a legislação vigente. Para subsidiar a pesquisa, buscamos respaldo teórico a partir de autores como: Mantoan (2006), Alonso (2013), Reis (2013), Figueiredo (2013), Dorziat (2011), Sousa (2012).

1. A formação docente para uma prática inclusiva: algumas possibilidades

A atividade docente tem papel fundamental em todos os aspectos que permeiam o processo educativo. Dada essa importância, vários questionamentos recaem sobre o estigma da formação dos professores, principalmente no que se refere à formação para o trabalho com a diversidade. A preocupação com a formação de professores “aparece como uma questão importante na sociedade, em razão das demandas e das pressões de variados grupos sociais, considerando os novos ordenamentos estruturais no mundo contemporâneo” (GATTI;

BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 3). Nesse contexto, a inclusão escolar se configura como uma nova demanda para o trabalho e a formação docente e por isso ainda suscita tantas indagações.

As incertezas que envolvem a formação docente para a diversidade problematizam aspectos que vão desde a identidade dos professores que participam dos cursos de formação até a definição de políticas voltadas para a formação nessa área. De um lado, a discussão versa sobre a habilidade dos professores para trabalhar com a diversidade. Do outro, os próprios professores questionam a falta de preparo e de formação específica para lidar com o processo de inclusão escolar. Tais inquietações colocam em evidência a importância de uma formação docente voltada para o processo da inclusão escolar.

Assim, para que a inclusão escolar aconteça de forma efetiva, dentre outros fatores, é preciso que o professor esteja apto para planejar estratégias e ações que viabilizem o aprimoramento das habilidades de todos os alunos. Para tal, a formação do professor deve contemplar a valorização da diversidade, a construção de uma nova visão de educação, a flexibilização das práticas pedagógicas, a competência para trabalhar de forma colaborativa com outros profissionais e a habilidade de reconhecer as necessidades educativas de cada aluno. De acordo com Figueiredo,

> [...] a formação inicial, bem como a formação continuada de professores visando à inclusão de todos os alunos [...] precisa levar em conta princípios de base que os instrumentalizem para a organização do ensino e a gestão da classe, bem como princípios éticos, políticos e filosóficos que permitam a esses profissionais compreenderem o papel deles e da escola frente ao desafio de formar uma nova geração capaz de responder as demandas do nosso século. (FIGUEIREDO, 2013, p. 141).

A formação destinada ao professor deve contribuir para atender as demandas que decorrem do processo de inclusão escolar e, consequentemente, para esclarecer questões relacionadas à prática pedagógica. Precisa, ainda, abordar pontos sobre o que fazer e como desenvolver estratégias que respeitem as peculiaridades de cada estudante, pois o trabalho *na* e *para* a diversidade (REIS, 2013) é um aspecto indispensável e essencial quando se trata de educação. Para Dorziat,

> é necessário que os cursos ou projetos de formação inicial ou continuada [...]

> desenvolvam um olhar mais atento que supere os binarismos inclusão/exclusão, normal/anormal, escola regular/escola especial, numa nova lógica de valorização das diferenças e do questionamento da globalização hegemônica, visando a construção de caminhos próprios, adequados a cada realidade, a cada grupo, a cada indivíduo. (DORZIAT, 2011, p. 155)

Os professores, durante a formação, precisam perceber que respeitar as diferenças não significa pensar que todos são iguais, ao contrário, significa aceitar a singularidade de cada indivíduo, respeitando-o nas suas diferenças. Partindo da concepção de "docência como práxis produtora de conhecimentos, como uma prática complexa e transdisciplinar" (SOUSA, 2012, p. 161), os professores devem compreender que "a aprendizagem se constrói de maneira cooperativa, dentro de um grupo com vida própria, com interesses, necessidades e exigências que vão formando uma cultura particular" (SOUSA, 2012, p. 161). Sendo assim, devem aceitar que em cada grupo com o qual irá trabalhar haverá indivíduos com diferentes ritmos, habilidades, dificuldades, crenças, culturas, entre outras especificidades.

Abordar a temática da inclusão escolar nas formações direcionadas aos docentes é primordial para que o professor possa conhecer e refletir sobre os princípios de uma educação voltada para o respeito a diversidade, bem como reconhecer que caberá a ele trabalhar com as peculiaridades de cada aluno presente nas salas de aula. Uma das conquistas alcançadas por meio de formações que abordem a temática da inclusão escolar diz respeito ao aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica do professor. Com base nos conhecimentos adquiridos no momento da formação, o professor poderá delinear e desenvolver ações voltadas para a aprendizagem de todos os alunos.

A formação docente ancorada nos princípios de uma educação realmente inclusiva pode colaborar para a efetivação da inclusão escolar ao possibilitar aos alunos público-alvo da Educação Especial reais oportunidades de desenvolvimento por meio da valorização de suas capacidades, do incentivo a construção de novas habilidades e de práticas pedagógicas diversificadas e reflexivas que consideram as especificidades de cada aluno.

Vários fatores interferem na questão da adequada formação do docente desde o interesse do professor em se capacitar até a pequena oferta por parte dos sistemas de ensino de cursos de formação para o trabalho na diversidade. É essencial que os professores se mostrem abertos para novas formações, mas, em contrapartida, é preciso que se disponibilize cursos de

formação para esses professores. Pois, à medida que ampliam seus conhecimentos os docentes podem realizar um trabalho pedagógico com vistas a inclusão.

Desse modo, os sistemas de ensino devem estabelecer políticas voltadas para a formação adequada dos professores e investir na implementação delas a fim de assegurar a inclusão de todos os alunos nas instituições de ensino regular. Conforme destaca Mantoan (2003, p. 60), é fundamental "formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulos para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções".

É emergente que se crie mecanismos para promover a adequada formação dos professores com o objetivo de ajudá-los a desenvolver um trabalho coerente com a visão inclusiva. A formação trará ao professor o suporte necessário para realizar um trabalho mais inclusivo, bem como servirá de apoio ao professor para minimizar os vários desafios que o processo de inclusão ainda traz para a atividade docente.

Cabe esclarecer que a formação docente não é a solução para todos os questionamentos e desafios oriundos da inclusão escolar. Ela também não será a única responsável para a efetivação plena do processo de inclusão, já que muitas outras vertentes estão envolvidas nesse processo e não só a atuação do professor. Mas, certamente uma adequada formação contribuirá significativamente para que o professor desenvolva uma prática pedagógica que respeite a diversidade presente no contexto educacional e que estimule todos os alunos, independentemente de suas peculiaridades, à aprendizagem.

2. Os desafios da formação docente para a diversidade

O trabalho docente com vistas ao respeito da diversidade ainda enfrenta desafios e limitações, tais como: escolas não preparadas, currículos inadequados, falta de formação docente e ausência de uma rede de apoio aos alunos e professores. A formação do professor é um dos aspectos que representa um grande desafio para a inclusão escolar. Ela por si só não resolverá todas as dificuldades relacionadas a efetivação da inclusão, mas sem as condições necessárias para sua atuação o professor não conseguirá trabalhar dentro de uma perspectiva inclusiva.

A legislação brasileira tem avançado muito na questão da formação docente para a

diversidade. A formação de professores é abordada nos artigos 5º e 8º, incisos X e II, respectivamente, da resolução CNE/CP 1 de 2006, que definiu as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia. Os documentos oficiais ainda deixam a desejar quando o assunto é a formação de professores para atuarem com a diversidade. Sobre o assunto, Saviani (2009), pontua que

> [...] será necessário instituir um espaço especifico para cuidar da formação de professores para essa modalidade de ensino. Do contrário essa área continuará desguarnecida e de nada adiantarão as reiteradas proclamações referentes às virtudes da educação inclusiva que povoam os documentos oficiais e boa parte da literatura educacional nos dias de hoje (SAVIANI, 2009, p. 153).

Diante das considerações apresentadas, percebemos que os marcos regulatórios asseguram o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, mas entendemos que não é pela força da lei que se faz inclusão. Ela tem, sem dúvida, um papel importante, na medida em que estabelece parâmetros e garante direitos. No entanto, sem oferecer as condições necessárias, inclusive em relação a recursos financeiros, não há como produzir os avanços necessários para sua efetivação. “Ora, tanto para garantir uma formação consistente como para assegurar condições adequadas de trabalho, faz-se necessário prover os recursos financeiros correspondentes” (SAVIANI, 2009, p. 153).

Por isso, consideramos que construir uma educação fundamentada na inclusão, em seu sentido mais amplo, é um processo a ser construído dia a dia, com ações continuadas, revisões/adaptações constantes e, em especial, com o fortalecimento de parcerias e redes. Governos, escolas, professores e sociedade precisam se mobilizar em torno de uma proposta viável para a educação inclusiva. Somente o esforço conjunto poderá produzir efeitos e mudanças significativas neste âmbito. Vilella, Lopes e Guerreiro (2013, p. 3) indagam sobre qual é a escola desejada. Para os autores, “se o que se quer é uma escola democrática, na qual os direitos de todos sejam respeitados, é preciso refletir muito acerca deste assunto, já que é a partir da reflexão e da observação que se constrói a ação pedagógica”.

A tarefa de incluir, de trabalhar para e na diversidade não é fácil. É preciso fomentar o debate entre todos os atores envolvidos no processo educativo, enfrentando os desafios e implementando ações que propiciem, de fato, o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade. Para que

haja a efetivação da inclusão na escola é preciso que as pessoas envolvidas no processo acreditem numa educação possível e aceitem e ampliem as ações necessárias para que de fato a educação inclusiva deixe de ser uma mera formalização garantida por documentos educacionais e passe a ser real nas escolas.

Para que a educação promova a inclusão na forma preconizada na legislação e garanta um ensino-aprendizagem de qualidade na rede regular é preciso, ainda, investir na adaptação das escolas, na reorganização do seu espaço físico, na readequação das grades curriculares, na criação de redes de apoio e, principalmente, na formação continuada dos docentes.

Por isso, frente à diversidade do ambiente escolar, vale ressaltar que o professor é agente fundamental no processo de inclusão, mas não é único e não pode ser responsabilizado sozinho pelos desacertos do processo. As políticas públicas voltadas para a formação do professor são essenciais e precisa incluir, na prática, ensinamentos que contemplemo respeito às diferenças que existem em sala de aula. O professor precisa receber uma formação que seja também inclusiva ecentrada na diversidade. Para Reis (2013, p. 142) “essa questão ainda é um grande desafio para a implementação e concretização de práticas pedagógicas capazes de colocar em evidência a diversidade como ponto de partida para uma educação inclusiva”.

As considerações de Reis (2013) nos mostram que é necessária a busca de uma prática pedagógica capaz de construir uma proposta verdadeiramente inclusiva. Sobre este assunto, Pimenta (1999, p. 31) também ressalta a importância de mudanças nas escolas e na formação dos professores:

> A formação de professores reflexivos compreende um projeto humano emancipatório. [...] as escolas de formação de professores necessitam ser reconcebidas como esferas contrapúblicas, de modo a propiciarem a formação de professores com consciência e sensibilidade social. Para isso, educá-los como intelectuais críticos capazes de ratificar e praticar o discurso da liberdade e da democracia (PIMENTA, 1999, p. 31).

Nesta persepctiva, é importante salientar que a formação inicial e continuada se faz necessária para a preparação do professor frente aos desafios da sala de aula. Segundo Alonso (2013) o professor não pode mais ser responsável pelo discurso da resistência ou da negação. A educação inclusiva já é realidade no ensino regular e isso se deve aos esforços dos

educadores. Ainda segundo a autora, o país vive um momento de ajustar as necessidades dos profissionais da educação às necessidades dos alunos e para que isso é preciso, por parte dos gestores, o aproveitamento dos recursos e a reorganização dos sistemas de ensino.

Desse modo, refletir sobre o professor na esfera educacional é pensar como esse professor, em especial das séries iniciais, está sendo preparado para lidar com a diversidade e com a educação inclusiva. Alonso (2013, p. 4-5) destaca que "a transformação de paradigma na educação exige professores preparados para a nova prática, de modo que possam atender também às necessidades do ensino inclusivo".

Tais necessidades, passam por várias dimensões: políticas, sociais e humanas. Sendo assim, deve romper com velhos paradigmas e promover transformações das práticas excludentes para práticas inovadoras. A esse respeito, Mantoan (2004) esclarece que

> A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada (MANTOAN, 2004, p. 81).

A autora reforça a importância de ver o outro e de se colocar no lugar do outro e a partir dessa alteridade somos constituídos. Incluir é, além de tudo, se desfazer de preconceitos, discriminações, aceitar as diferenças e respeitar a diversidade. É propiciar espaços, respeitar o outro, possibilitar que todos possam usufruir de direitos sociais, políticos e culturais.

Nesse cenário, o professor tem um papel importante no processo de inclusão e para exercer bem esse papel precisa ter uma formação que contemple a diversidade e estar aberto a práticas inovadoras. A formação docente é substancial para atuar frente à diversidade do aluno. Canen (2001) discute a formação inicial e continuada de docentes para a diversidade e ressalta, em seus estudos, a importância de reconhecer a diversidade dos universos culturais dos alunos. O docente deve trabalhar em prol de um projeto que promova a aprendizagem de todos, sem discriminação de raça, classe social, sexo ou padrões culturais. Cabe ao professor trabalhar um projeto pedagógico amplo, diversificado e aberto, que possa atender aos universos culturais desses alunos.

A par de tantos desafios, para que haja uma política voltada para a diversidade, verdadeiramente inclusiva, ainda há um longo caminho a percorrer, seja na avaliação/adequação das condições dos estabelecimentos de ensino, seja na forma de assegurar os recursos financeiros, no apoio pedagógico, nas mudanças curriculares, ou, em especial, na formação continuada dos professores que fazem parte desse processo. Alferes e Mainardes (2011, p. 8) consideram que "embora os estudos e debates sobre o tema 'formação continuada' não sejam recentes, acredita-se que ainda existem lacunas a serem preenchidas". Ainda segundo os autores:

> A formação continuada, isoladamente, dificilmente poderia levar a mudanças significativas. A construção de um sistema educacional democrático, não seletivo e não excludente depende de uma série de outras medidas e ações, tais como: a explicitação de uma concepção de educação, homem e sociedade; uma revisão de toda a concepção de conteúdos, metodologias, avaliação e gestão da escola; a criação de políticas de democratização do sistema educacional (ALFERES, MAINARDES, 2011, p.8-9).

A análise das políticas públicas no contexto da educação e diversidade permitem perceber que essas políticas são determinadas pelo Estado no sentido de diminuir as desigualdades produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

No entanto, a educação ainda precisa ultrapassar barreiras que impedem a implementação real dessas políticas. E o Estado, por sua vez, deve promover a mediação entre as diferentes reivindicações, definindo e intervindo na educação por meio da legislação educacional (leis, decretos e pareceres). Deve-se adotar instrumentos que permitam acompanhar a implementação e o cumprimento desses dispositivos. Verifica-se, portanto, que a implantação das políticas públicas para e na diversidade precisa ser revestida de qualidade para a valorização dos diferentes sujeitos e grupos culturais no âmbito educacional.

Considerações finais

É notório que o professor enfrenta inúmeros desafios no que se refere à inclusão escolar. A falta de formação específica, de recursos pedagógicos, de estrutura adequada, de apoio especializado, de preparo para a utilização de metodologias diferenciadas de ensino, entre outros aspectos, constituem barreiras a serem superadas pelos professores. Diante dessa

realidade, uma formação docente com foco na construção de diferentes estratégias a serem utilizadas no processo ensino-aprendizagem para a promoção de ações que aprimorem o desenvolvimento de todos os alunos, é uma via para o trabalho coerente e de qualidade diante da diversidade presente nos espaços escolares.

As ponderações realizadas evidenciam que a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma Educação Inclusiva não é apenas do professor, apesar de o papel do docente ser fundamental nesse processo. Ao contrário, para alcançar o sucesso no processo de inclusão escolar é preciso um conjunto de ações. Entre elas, a implementação pela União, Estados e Municípios de políticas públicas com vistas à formação docente a fim de auxiliar esses profissionais no atendimento das demandas que procedem da inclusão escolar.

Por fim, uma formação docente que relacione a prática da alteridade e o respeito as diferenças é essencial para aprimorar o trabalho docente no desenvolvimento de uma Educação Inclusiva. Nesse sentido, a formação trará ao professor os subsídios necessários para a realização de um trabalho mais eficaz no que concerne a inclusão. Contribuirá, também, para minimizar os vários desafios que permeiam a atividade docente quando se fala em inclusão escolar.

Referências

ALONSO, D. Os desafios da educação inclusiva: foco nas redes de apoio. **Revista Nova Escola**, Ed. Abril, fev.2013. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br. Acesso em: 07, nov. 2014.

ALONSO, D. Educação inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula. **Revista Nova Escola**, Ed. Abril, dez.2013. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br. Acesso em: 07, nov. 2014.

ALFERES, Maria Aparecida; MAINARDES, Jefferson. A formação continuada de professores no Brasil. In: Seminário de Pesquisa do PPE, 2011. Maringá/PR. **Anais do Seminário de Pesquisa do PPE**, Maringá/PR: Universidade Estadual de Maringá, 2011, CD. Disponível em ppe.uem.br/publicações/seminário_ppe_2011/pdf/1/001.pdf

CANEN, A. Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. **Educação & Sociedade**. a. XXII, n. 77, dez/2001, p. 207-227.

DORZIAT, A. A formação de professores e a educação inclusiva: desafios contemporâneos. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (org.). **Professores e educação especial**: formação em foco. 2 v. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FIGUEIREDO, R. F. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** Petrópolis: Vozes, 2013.

GATTI, B.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. A. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

PIMENTA, S.G.; GHEDIN, E. (Org). **Professor reflexivo no Brasil***:* gênese e crítica de um conceito. SP: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidades e saberes na docência. In: _____. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999, p. 15-34.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política pública, diversidade e formação docente**: uma interface possível. 2013. 278f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, já/abr.2009. Trabalho apresentado na 31ª Reunião da ANPEd, realizada de 16 a 20 de outubro de 2008, em Caxambu-MG. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf.

SOUSA, R. C. C. R. de S. Formação de professores: tempos de vida, tempos de aprendizagem. In: MAGALHÃES, S. M. O. M. (Org.). **Formação de professores**: elos da dimensão complexa e transdisciplinar. Goiânia, Editora da PUC Goiás, Liber Livro, 2012.

VILLELA, Tereza Cristina Rodrigues; LOPES, Silvia Carla; GUERREIRO, Elaine Maria B. R.. **Os desafios da inclusão escolar no século XXI**. Mar.2013. Disponível em: http://bengalalegal.com. Acesso em: 07 nov.2014.